



JUCESP PROTOCOLO
0.670.157/11-9



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESTRE AMBIENTAL S.A.**

ENTRE

ESTRE AMBIENTAL S.A.
como Emissora,

WILSON QUINTELLA FILHO
como Fiador, com anuência de sua cônjuge identificada neste Instrumento,

P.N.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Garantidora Anuente, e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário

DATADO DE 04 DE JULHO DE 2011



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESTRE AMBIENTAL S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ESTRE AMBIENTAL S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.147.393/0001-59, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

WILSON QUINTELLA FILHO, brasileiro, casado, economista, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.561.978-11 e portador da carteira de identidade RG nº 6.894.149 SSP/SP ("Fiador");

TATIANA STEFANI QUINTELLA, brasileira, casada, administradora, com domiciliada na Rua Jesuíno Arruda, nº 797, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CPF/MF sob o nº 150.369.278-77 e portadora da carteira de identidade RG nº 22.372.891-3 SSP/SP ("Cônjuge Anuente");

P.N.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.235.893/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora Anuente"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, o Fiador e a Cônjuge Anuente, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A. ("Escritura"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("Oferta"), nos termos da



1

2

3

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base: (i) na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 04 de julho de 2011 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora; e (ii) na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 04 de julho de 2011 ("RCA"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

1.2. Por meio da assinatura da presente Escritura, o Fiador obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os debenturistas, como fiador, principal pagador e solidariamente responsável por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão. A Cônjuge Anuente, neste ato, na condição de cônjuge do Fiador, anui expressamente com a fiança ora prestada e com todas as suas condições, outorgando-lhe a autorização necessária nos termos do artigo 1.647, III, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

1.3. Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie subordinada em espécie com garantia real, nos termos do Anexo 1.3 a esta Escritura ("Aditamento").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Empresas & Negócios", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente.

2.1.1.2. A ata da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Empresas & Negócios", nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura, o Aditamento e seus eventuais outros aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Constituição das Garantias Reais sob Condição Suspensiva

2.1.3.1. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.1 abaixo, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Loga, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.2 abaixo, o Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.3 abaixo e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.4 abaixo serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Rio de



↓

3

[Handwritten signature]

Janeiro, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, artigo 1.361 do Código Civil e artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, observadas as condições suspensivas neles descritas e o disposto nas Cláusulas 4.1.11.3.1 a 4.1.11.3.4 desta Escritura de Emissão.

2.1.4. Registro na CVM

2.1.4.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.5. Registro na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”)

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.6. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.6.1. A presente Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código de Regulação ANBIMA”).

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a execução, no Brasil ou no exterior, de obras públicas ou particulares nos diversos setores da engenharia civil, tais como: edifícios residenciais, comerciais e industriais; terraplanagem, drenagem, pavimentação e obras complementares de sistemas viários, urbanos ou rurais; captação, tratamento, armazenagem e distribuição de água; interceptação, condução e tratamento de esgotos sanitários e industriais; (b) o gerenciamento de resíduos de qualquer tipo ou classe, incluindo, mas a tanto não se limitando, resíduos gasosos, líquidos, semi-líquidos e sólidos, sejam eles industriais, comerciais, hospitalares, urbanos ou de qualquer natureza; (c) a prestação de serviços de gerenciamento de resíduos de qualquer tipo, incluindo, mas a tanto não se limitando, serviços de investigação, diagnóstico prévio, certificação, gestão de documentação, identificação, segregação, triagem, acondicionamento, manuseio, reciclagem, reaproveitamento, recuperação, transbordo, coleta e transporte de todos e quaisquer tipos de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), armazenagem, tratamento, descontaminação, remediação, limpeza, disposição final, execução de projetos, assessoria e consultoria na área de engenharia; (d) a implantação, operação e manutenção de empreendimentos ambientais, tais como: aterros sanitários para destinação final de resíduos sólidos domiciliares, industriais e hospitalares; usinas de lixo; incineradores e desinfetadores de todo e qualquer tipo de lixo; usinas de compostagem de lixo orgânico e industrial (inerte ou não); e centrais de reciclagem e



4

4

[Handwritten signature]

tratamento de resíduos sólidos; (e) o tratamento de qualquer tipo de resíduos e efluentes, incluindo, mas a tanto não se limitando, tratamento físico, químico, biológico e/ou térmico, com ou sem mistura prévia, em instalações próprias e/ou de terceiros; (f) a comercialização de resíduos de qualquer tipo, sucatas, subprodutos, materiais diversos e agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil; (g) a varredura e limpeza de ruas e logradouros públicos; (h) a prestação de serviços laboratoriais de todo tipo, incluindo, mas a tanto não se limitando, amostragem, preparação de amostras, execução de análises diversas e preparação de laudos de interpretação de resultados; (i) a prestação de serviços de consultoria ambiental, incluindo, mas a tanto não se limitando, preparação de planos de gerenciamento, planos diretores, estudos de mercado, estudos para escolha de tecnologia, relatórios geológicos e hidrogeológicos, desenho integral de instalações de gerenciamento ambiental, atividades de investigação, diagnóstico, análise de risco e projetos detalhados para o gerenciamento de passivos ambientais e áreas impactadas; (j) qualquer serviço ou atividade vinculada ao gerenciamento de resíduos de todo tipo e classe e/ou controle ou melhoria de condições ambientais e ecológicas; (k) a locação de equipamentos e máquinas; (l) a operação de estações de tratamento de água, esgoto e/ou efluentes industriais; (m) a implantação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para redução das emissões de gases e de efluentes; (n) serviços de monitoramento geotérmico e de estabilidade de aterros e de monitoramento de águas subterrâneas, superficiais e de efluentes; (o) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, podendo também efetuar incorporações, fusões e associações com outras sociedades.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, e com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, conforme descrito na Cláusula 4.1.3.1 abaixo.

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$482.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures e Valor Nominal Unitário

3.5.1. Serão emitidas 1.928 (mil, novecentas e vinte e oito) Debêntures, com valor unitário de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

3.6. Banco Mandatário e Escriturador

3.6.1. O banco mandatário e a instituição depositária das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede Av. Yara, s/n - Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º andar, no município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Escriturador", respectivamente).



3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao pagamento de empréstimos-ponte tomados pela Emissora por meio da emissão das Cédulas de Crédito Bancário nº 019/11, 020/11 e 021/11 emitidas em favor do Banco BTG Pactual S.A.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.8.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, do Banco BTG Pactual S.A. ("Instituição Intermediária"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.



d

6 f

3.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pela Instituição Intermediária; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.9.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pela Instituição Intermediária aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.10. Da Inexistência de Limite Legal para a Emissão

3.10.1. Tendo em vista a revogação do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações pela Medida Provisória nº 517 de 2010, não há na data desta Escritura qualquer limite legal para a Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 1.928 (mil, novecentas e vinte e oito) Debêntures, em série única.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de junho de 2011 ("Data de Emissão").



4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá em 09 de março de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo, de aquisição antecipada facultativa, em conformidade com a Cláusula 5.1 abaixo e de resgate antecipado, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos juros remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.5 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela instituição depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitas à convolação para a espécie com garantia real, e contarão com garantia fidejussória do Fiador.

4.1.10. Garantias

4.1.10.1. As Debêntures (i) contarão com garantias reais após a verificação de determinadas condições suspensivas, as quais serão compartilhadas com o credor da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, de forma "*pari passu*" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, de acordo com a proporção de seu crédito; e (ii) contam com garantia fidejussória ("Garantias"). A cessão fiduciária de direitos creditórios e de conta bancária, sob condição suspensiva, foi aprovada e realizada com base na RCA e na AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima. A alienação fiduciária, sob condição suspensiva, de ações ordinárias representativas de 37,653% (trinta e sete inteiros e seiscentos e cinquenta e três milésimos por cento) do capital social da Logística Ambiental de São Paulo S.A., sociedade por ações com sede na Praça Alberto Lion, nº 366, parte, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.032.886/0001-02 ("Ações Loga" e "Loga", respectivamente), nos termos da Cláusula 4.1.11.3.2 abaixo, foi aprovada e realizada com base na Assembleia Geral Extraordinária da Garantidora Anuente realizada em 04 de julho de 2011 ("AGE da Garantidora"), nos termos da



Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Garantidora Anuente. As alienações fiduciárias, sob condição suspensiva, (i) da totalidade das cotas atualmente emitidas por BTG Pactual Delta III Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.306.775/0001-31, administrado por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido por BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. ("Cotas FIP" e "FIP", respectivamente), nos termos da Cláusula 4.1.11.3.3 abaixo, bem como (ii) de ações ordinárias representativas de 100,0% (cem por cento) do capital social da Garantidora Anuente ("Ações SPE Loga") nos termos da Cláusula 4.1.11.3.4 abaixo foram aprovadas e realizadas com base na RCA e na AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima.

4.1.11. Convolução da Espécie das Debêntures

4.1.11.1. Com o implemento de uma ou mais condições suspensivas descritas nas Cláusulas 4.1.11.3.1 a 4.1.11.3.4 abaixo, ficam a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento para formalizar a convolução da espécie das Debêntures de subordinada para com garantia real, ficando, desde já, estabelecido que não será necessária a realização de assembleia geral de acionistas da Emissora ou assembleia geral de debenturistas para aprovação do referido Aditamento. A celebração do Aditamento deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data de implemento de quaisquer das condições suspensivas das garantias reais.

4.1.11.2. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à CETIP cópia do Aditamento devidamente protocolado perante a JUCESP no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da celebração do Aditamento e deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à CETIP cópia do Aditamento registrado perante a JUCESP no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do respectivo registro.

4.1.11.3. Garantia Real

4.1.11.3.1. *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária.* Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Emissora alienou e cedeu fiduciariamente, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) de todos os direitos por ela detidos, referentes à eventual devolução do valor integral do preço das ações da Loga que possa vir a ser recebido pela Garantidora Anuente nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Cavo Serviços de Meio Ambiente S.A. ("Cavo") e a Garantidora Anuente, com interveniência da Emissora e da Camargo Corrêa S.A. em 03 de março de 2011 ("Contrato de Compra e Venda de Ações") e que venham a ser transferidos pela Garantidora Anuente à Emissora em decorrência do "Instrumento Particular de Ajuste de Obrigações", celebrado entre a Cavo, a Garantidora Anuente, a Emissora, a Camargo Corrêa S.A. e o Banco BTG Pactual S.A. em 13 de abril de 2011 ("Contrato de Ajuste de Obrigações"), em decorrência da não obtenção da autorização da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB ("AMLURB") para transferência de controle da Loga, de acordo com o Contrato de



Concessão firmado pela Companhia e a Municipalidade de São Paulo, por meio da AMLURB, em decorrência do Processo Administrativo nº 2004-0.235.291-9, Termo de Contrato nº 027/SSO/04, Edital nº 019/SSO/03, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza urbana, sob regime de concessão, em relação ao Agrupamento Noroeste ("Contrato de Concessão"), bem como (b) de todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos, a qualquer tempo, na conta bancária na qual deverão ser depositados tais recursos nos termos do Contrato de Ajuste de Obrigações. Tal garantia passará a ser válida e eficaz mediante a quitação da Cédula de Crédito Bancário nº 019/11 emitida em favor do Banco BTG Pactual S.A. ("Condição Suspensiva de Ajuste"). Caso a devolução do valor integral do preço das ações da Loga ocorra antes do vencimento ou do vencimento antecipado das Debêntures ou da Cédula de Crédito Bancário nº 020/2011, o valor cedido será utilizado para realizar a amortização antecipada das Debêntures e/ou a amortização antecipada da Cédula de Crédito Bancário nº 020/2011, a exclusivo critério da Emissora. Neste caso, a referida garantia não mais estará em vigor e passível de execução em caso de inadimplemento da Emissora.

4.1.11.3.2. *Alienação Fiduciária das Ações Loga e Cessão Fiduciária de Direitos.* Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Logística Ambiental de São Paulo S.A. e Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Loga"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Garantidora Anuente alienou e cedeu fiduciariamente, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) de 37,653% (trinta e sete inteiros e seiscentos e cinquenta e três milésimos por cento) do capital social da Loga, sendo que, na presente data, este percentual equivale a 22.836.451 (vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias de emissão da Loga, que serão de titularidade da Garantidora Anuente após (a.1.) a transcrição no livro de ações da Loga da propriedade das Ações Loga em nome da Garantidora Anuente mediante a apresentação do livro ou cópia autenticada da página do livro de ações da Loga em que estiver registrada a transferência das Ações Loga; (a.2.) a manifestação por escrito e inequívoca da AMLURB de acordo com o Contrato de Concessão com relação à compra das Ações Loga pela Garantidora Anuente; (a.3.) da transcrição no livro de ações da Loga da alienação fiduciária das Ações Loga em nome do Agente Fiduciário e do titular da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 mediante a apresentação do livro ou cópia autenticada da página do livro de ações da Loga em que estiver registrada a alienação fiduciária das Ações Loga; e (a.4.) o consentimento expresso da Vega Engenharia Ambiental S.A. com relação à constituição da garantia ("Condição Suspensiva Loga"), bem como (b) de qualquer direito ao recebimento de quaisquer proventos e recursos oriundos da transferência, alienação ou cessão das Ações Loga.

4.1.11.3.3. *Alienação Fiduciária das Cotas FIP e Cessão Fiduciária de Direitos.* Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas e Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Emissora alienou e cedeu fiduciariamente, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) da totalidade das Cotas FIP atualmente emitidas pelo FIP, com valor total de R\$513.103.077,83 (quinhentos e treze milhões, cento e três mil, setenta e sete reais e oitenta e três centavos) em 27 de junho de 2011, as quais serão de titularidade da Emissora após a quitação integral das obrigações da Emissora constantes da Cédula de Crédito Bancário nº 021/11 e da quitação parcial no montante necessário



para que o saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 quando do seu aditamento seja de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), ambas emitidas em favor do Banco BTG Pactual S.A. ("Condição Suspensiva FIP"), bem como (b) de todo e qualquer direito ao recebimento de quaisquer proventos e recursos oriundos da transferência, alienação ou cessão das Cotas FIP alienadas.

4.1.11.3.3.1. Caso ocorra a substituição das Cotas FIP alienadas fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário por ações da Cavo, por meio da liquidação do FIP, conversão permuta ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo as Cotas FIP, tais ações incorporam-se automaticamente à alienação fiduciária das Cotas FIP, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP.

4.1.11.3.4. *Alienação Fiduciária das Ações SPE Loga e Cessão Fiduciária de Direitos.* Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Emissora alienou e cedeu fiduciariamente, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) da totalidade das Ações SPE Loga, equivalentes, na presente data, a 51.751.732 (cinquenta e um milhões, setecentos e cinquenta e uma mil, setecentas e trinta e duas) ações ordinárias, que serão de titularidade da Emissora após (a.1.) a transcrição no livro de ações da Garantidora Anuente da propriedade fiduciária das Ações SPE Loga em nome do Agente Fiduciário e do Banco BTG Pactual S.A. mediante a apresentação do livro ou cópia autenticada da página do livro de ações da Garantidora Anuente em que estiver registrada a transferência das Ações SPE Loga; (a.2.) a integral quitação das obrigações da Emissora constantes da Cédula de Crédito Bancário nº 019/11 emitida em favor do Banco BTG Pactual S.A. e (a.3.) o consentimento expresso da Vega com relação à alienação fiduciária nos termos do acordo de acionistas da Loga, celebrado em 02 de outubro de 2008 ("Condição Suspensiva SPE Loga"), bem como (b) de qualquer direito ao recebimento de quaisquer proventos e recursos oriundos da transferência, alienação ou cessão das Ações SPE Loga.

4.1.11.3.5. Observado o disposto nas Cláusulas 4.1.11.3.1 a 4.1.11.3.4 acima e os respectivos contratos de constituição das garantias, as garantias reais permanecerão válidas e eficazes e serão mantidas até: (i) a integral quitação das obrigações pecuniárias das Debêntures; ou (ii) a sua total excussão, pelo Agente Fiduciário, e este tenha recebido o produto da excussão das garantias.

4.1.11.3.6. Integram as garantias descritas nas Cláusulas 4.1.11.3.2 a 4.1.11.3.4 acima os seguintes direitos adicionais:

- (i) todas as ações de emissão da Loga e/ou da Garantidora Anuente e/ou cotas de emissão do FIP, conforme o caso, que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Loga e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP, conforme o caso, sejam atribuídas à Emissora e/ou à Garantidora Anuente, conforme o caso, incluindo, mas a tanto não se limitando, por força de desmembramento ou grupamento de ações e/ou cotas, distribuição de bonificações, distribuição de dividendos com pagamentos em ações e/ou cotas, conversão de outros valores mobiliários, ou exercício de direito de preferência



relativos as ações e às cotas alienadas fiduciariamente, assim como todas as demais ações que a Emissora e/ou a Garantidora Anuente venham a adquirir ou se tornar titular no futuro, seja a que título for para: (1) a manutenção da alienação fiduciária de ações da Loga representativas de 37,653% (trinta e sete inteiros e seiscentos e cinquenta e três milésimos por cento) do capital social da Loga, (2) a manutenção da alienação fiduciária de ações da Garantidora Anuente representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Garantidora Anuente, bem como todas as ações e cotas que forem entregues para o reforço ou substituição da garantia, em conformidade com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Loga, com o Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP e com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga, salvo eventuais ações de emissão da Loga e/ou da Essencis Soluções Ambientais S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.627.574/0001-45 ("Essencis") que sejam atribuídas indiretamente à Emissora em virtude de associação estratégica com a Solvi Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, 967, conjuntos 92, 101 e 102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.886.838/0001-50;

- (ii) todas as ações, cotas, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Loga e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga, conforme o caso, venham a substituir as Ações Loga e/ou as Cotas FIP e/ou Ações SPE Loga alienadas fiduciariamente, incluindo, mas a tanto não se limitando, em razão de cancelamento destas, liquidação do FIP, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo o FIP, a Garantidora Anuente e/ou a Loga não proibida nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (iii) quaisquer bens em que as ações e/ou cotas alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósito, valores mobiliários ou títulos de crédito).

4.1.11.4. Compartilhamento das Garantias Reais

4.1.11.4.1. As garantias descritas acima e o resultado de eventual venda das Ações Loga e das Ações SPE Loga objeto da alienação fiduciária mencionada acima que sejam de titularidade, na data de sua venda, da Emissora e da SPE Loga, obtido pelo exercício dos poderes outorgados pela Emissora e pela SPE Loga por meio dos *Instrumentos Públicos de Mandato* celebrados em 04 de julho de 2011, serão compartilhadas, de forma "pari passu" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, de acordo com proporção de seu crédito, com o credor da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, a qual, após quitação parcial no montante necessário para que o saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 seja de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), será aditada e passará a ter valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), e com vencimento em 09 de março de 2017. A Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 será paga em uma única parcela, acrescido de juros remuneratórios correspondentes à variação da Taxa DI (Taxa de Depósito Interbancário), somada de juros de 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano até 09 de março de 2012 e de 4,40% (quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) a partir de 09 de março de 2012. Sem prejuízo dos juros remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias



relativas à CCB n.º 020/2011, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2,0% (dois por cento) sobre o valor devido. Para tanto foi celebrado o "Instrumento Particular de Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças", entre o Banco BTG Pactual S.A., atual detentor da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, e o Agente Fiduciário em 04 de julho de 2011 ("Contrato de Compartilhamento de Garantias").

4.1.11.4.2. O Contrato de Compartilhamento de Garantias permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas nos termos desta Escritura ou da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, o que ocorrer primeiro.

4.1.11.5. *Garantia Fidejussória - Fiança*

4.1.11.5.1. Adicionalmente, o Fiador, por esta Escritura, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os debenturistas, como fiador, principal pagador e solidariamente responsável, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, com relação ao seu principal e juros, incluindo ainda, mas a tanto não se limitando, quando houver, gastos com honorários advocatícios (sendo que, especificamente com relação aos honorários advocatícios, desde que tais ações judiciais tenham transitado em julgado com decisão favorável aos debenturistas e/ou tais medidas extrajudiciais tenham sido tomadas pelo Agente Fiduciário em razão de fato, ato ou omissão comprovadamente atribuída à Emissora em desacordo com as obrigações previstas nesta Escritura, sendo que, no caso de decisão desfavorável aos debenturistas, os valores devidos serão de responsabilidade do(s) sucumbente(s) em conformidade com a decisão judicial proferida), depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos debenturistas ("Valor Garantido"), e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 821, 827, 834, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.1.11.5.2. O Fiador desde já reconhece como prazo determinado da fiança, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, o período de 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento.

4.1.11.5.3. O Valor Garantido será pago pelo Fiador no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Fiador informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, sendo este pagamento realizado fora do âmbito da CETIP.

4.1.11.5.4. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.11.5.5. O Fiador desde já concorda e obriga-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelo Fiador nos termos da fiança após os debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.



4.1.11.5.6. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.1.11.5.7. A Cônjuge Anuente, neste ato, na condição de cônjuge do Fiador, anui expressamente com a fiança ora prestada e com todas as suas condições, outorgando-lhe a autorização necessária nos termos do artigo 1.647, III, do Código Civil.

4.1.11.5.8. Nos termos do artigo 129, item 3º, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973 ("Lei de Registros Públicos"), a Escritura será levada a registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em uma única data a qualquer tempo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início de distribuição.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro rata temporis* pelos juros remuneratórios previstos na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. A partir da Data de Emissão e até o pagamento da primeira parcela dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo) em 09 de março de 2012, as Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI") calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de *spread* (sobretaxa) de 3,3000% (três inteiros e três décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal



Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão, de acordo com a fórmula descrita na Cláusula 4.5.1.5 abaixo ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2. A partir da data de pagamento da primeira parcela dos Juros Remuneratórios em 09 de março de 2012, as Debêntures farão jus ao pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das Taxas DI, capitalizada de *spread* (sobretaxa) de 4,4000% (quatro inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula descrita na Cláusula 4.5.1.5 abaixo.

4.5.1.3. Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.5.1.4. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente a partir de 09 de março de 2012 inclusive, sendo o primeiro pagamento em 09 de março de 2012 e o último na Data de Vencimento, conforme a tabela abaixo:

Datas de Pagamento
09 de março de 2012
09 de setembro de 2012
09 de março de 2013
09 de setembro de 2013
09 de março de 2014
09 de setembro de 2014
09 de março de 2015
09 de setembro de 2015
09 de março de 2016
09 de setembro de 2016
09 de março de 2017

4.5.1.5. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:



- J* = valor unitário dos juros, acréscimo de spread, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe* = valor nominal unitário de emissão ou saldo do valor nominal unitário da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* = fator de juros composto pelo *FatorDI* e *FatorSpread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

- FatorDI* = produtório das Taxas DI-Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- K* = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até *n*
- n_{DI}* = número total de Taxas DI-Over, sendo "*n_{DI}*" um número inteiro;
- TDI_k* = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$



onde:

DI_k

Taxa DI, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread

= sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread

= Spread, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N

= número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado. ✓

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento. JF.

4.5.1.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer



compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.6.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.8. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 66,0% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado



que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 66,0% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nos percentuais e datas abaixo indicados, em parcelas semestrais e iguais, salvo as possibilidades de amortização parcial extraordinária facultativa, de aquisição antecipada facultativa e de resgate antecipado facultativo, conforme estabelecidas nas Cláusulas 4.8, 5.1, e 5.2 abaixo, respectivamente.

Parcela	Data de Pagamento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário de Emissão	Valor amortizado por Debênture - Unitário (em R\$)
1	09 de setembro de 2013	12,5000%	31.250,00
2	09 de março de 2014	12,5000%	31.250,00
3	09 de setembro de 2014	12,5000%	31.250,00
4	09 de março de 2015	12,5000%	31.250,00
5	09 de setembro de 2015	12,5000%	31.250,00
6	09 de março de 2016	12,5000%	31.250,00
7	09 de setembro de 2016	12,5000%	31.250,00
8	09 de março de 2017	12,5000%	31.250,00

4.8. Amortização Parcial Extraordinária Facultativa



4.8.1. Caso a Condição Suspensiva Loga não se verifique até 03 de março de 2012 a Emissora poderá utilizar os recursos referentes à devolução do valor de aquisição das Ações Loga para amortizar o saldo do Valor Nominal das Debêntures, sendo certo que tais recursos deverão, necessariamente, ser utilizados para amortizar o saldo do Valor Nominal das Debêntures e/ou da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, em montante global de R\$104.000.000,00 (cento e quatro milhões de reais) ("Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução"), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da eventual devolução do valor integral do preço das ações da Loga recebido pela Garantidora Anuente nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações.

4.8.1.1. A Emissora poderá desobrigar-se de realizar a Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução mediante aprovação prévia: (i) da maioria dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em assembleia geral de debenturistas, a qual deverá ser convocada e realizada até o dia 18 de fevereiro de 2012, na qual a Emissora deverá justificar (a) a impossibilidade ou (b) razões que tornem desaconselhável a utilização dos recursos para tal fim; e (ii) do titular da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, por escrito.

4.8.2. Caso a Emissora opte por amortizar saldo do Valor Nominal das Debêntures, na data da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução a Emissora deverá pagar os Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data de pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução"). A realização e o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução deverão ocorrer de acordo com os procedimentos definidos nesta Cláusula 4.8 e subcláusulas e deverão abranger proporcionalmente todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND.

4.8.2.1. A proporção dos valores do montante global a serem destinados para a Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução das Debêntures e/ou da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 será definida a exclusivo critério da Emissora, sem necessidade de Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que, no caso das Debêntures, a amortização estará limitada a 98,0% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.8.2.2. A Emissora deverá comunicar a realização da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução das Debêntures ao Banco Depositário, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ao Agente Fiduciário e à CETIP com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução ("Notificação da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução").

4.8.2.3. A Notificação da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, acrescido do Valor da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução.

4.8.2.4. Caso a Emissora receba da Garantidora Anuente os valores referentes à devolução do valor integral de aquisição das Ações Loga, devidamente corrigido de acordo com a variação do



CDI, pagos pela Cavo nos termos da 4.2.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações, e transferidos pela Garantidora Anuente à Emissora nos termos das Cláusulas Primeira e Segunda do Contrato de Ajuste de Obrigações, e opte por amortizar saldo do Valor Nominal das Debêntures, o Banco Depositário efetuará a transferência do valor a ser amortizado para a conta da Emissora mantida junto ao Banco Mandatário, no dia útil subsequente ao do recebimento da Notificação da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução, a ser utilizado única e exclusivamente para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução das Debêntures em conformidade com a data e valor dispostos na Notificação da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução.

4.8.3. Não obstante as Cláusulas 4.8.1 e 4.8.2 acima, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo e mediante notificação por escrito aos debenturistas ("Notificação da Amortização Extraordinária Facultativa"), com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, amortização extraordinária parcial limitada a 98,0% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa").

4.8.4. O valor da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente: (a) ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária e (b) sobre o montante a ser pago conforme o item (a) anterior será acrescido um prêmio de acordo com o momento em que a Emissora optar por realizar a amortização extraordinária ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"): (i) até 09 de março de 2012, não haverá acréscimo ou prêmio pela Amortização Extraordinária Facultativa; e (ii) a partir de 09 de março de 2012 inclusive, sobre o montante a ser pago será acrescido um prêmio de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures, *pro rata temporis* ao prazo remanescente das Debêntures.

4.9. A Emissora deverá comunicar à CETIP da realização da Amortização Extraordinária Facultativa, com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa, com anuência do Agente Fiduciário. A realização e o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa, deverão ocorrer de acordo com os procedimentos definidos nesta Cláusula 4.8 e respectivas subcláusulas e deverão abranger proporcionalmente todas as Debêntures em circulação.

4.9.1. O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND.

4.9.2. No caso de caso de Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução ou da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, os percentuais do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizados nas datas de amortização seguintes serão calculados sobre o Valor Nominal Unitário ajustado para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária Facultativa em Devolução ou da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso.

4.10. Condições de Pagamento

4.10.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária



4.10.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.10.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.10.2. Prorrogação dos Prazos

4.10.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.10.3. Encargos Moratórios

4.10.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2,0% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.10.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.10.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal



"Empresas & Negócios", conforme estabelecido no artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis devidos e dos Encargos Moratórios, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ao livre e exclusivo critério da Companhia: (i) ser canceladas, hipótese na qual a presente Escritura deverá ser aditada; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

5.2. Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar a totalidade das Debêntures e liquidá-las antecipadamente mediante o pagamento do saldo devedor, acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis devidos *pro rata temporis* e Encargos Moratórios, se for o caso, e observado o seguinte: (i) até 09 de março de 2012, não haverá acréscimo ou prêmio pelo resgate antecipado; e (ii) a partir de 09 de março de 2012 inclusive, sobre o montante a ser pago conforme o item (i) anterior será acrescido um prêmio de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures, *pro rata temporis* ao prazo remanescente das Debêntures. Caso aconteça o resgate antecipado a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.1.1. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

5.2.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário poderá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pelo Fiador, conforme o caso, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis devidos e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento



dos Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- (ii) anulação, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura, das Garantias (observadas as respectivas condições suspensivas) ou de qualquer investimento realizado pelo FIP, declaradas em decisão judicial final transitada em julgado, ou em decisão interlocutória cujos efeitos não sejam reformados em até 90 (noventa) dias úteis corridos da publicação da referida decisão, sendo certo que, no caso de tal decisão ter sido proferida em decorrência de procedimentos atualmente existentes, o vencimento antecipado só poderá ser declarado se, uma vez não reformado os efeitos da decisão no prazo aqui previsto, referida decisão seja cumprida integralmente pelas partes envolvidas;
- (iii) em relação à Emissora e seus controladores, controladas, coligadas (nos termos do parágrafo 1º do artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações) que representem pelo menos 10% do faturamento consolidado da Emissora e, conforme aplicável no caso de controladas e coligadas, cuja participação da Emissora seja pelo menos de 10% do seu capital social ("Afiliação") (a) decretação de falência; (b) pedido de autofalência; (c) pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção, salvo se tal extinção ou liquidação for (1) decorrente do curso normal das atividades da Emissora e/ou suas Afiliações (por exemplo, descontinuidade de sociedades que possuam projetos em fase inicial de desenvolvimento ou inativas), (2) de incorporação, cisão, fusão ou outra forma de reorganização societária da Emissora ou das Afiliações, desde que todos os ativos decorrentes de tal operação e o controle da sociedade incorporada, cindida e/ou fundida permaneça direta ou indiretamente com a Emissora e/ou suas Afiliações e, especificamente no caso incorporação, fusão ou cisão da Emissora, com aprovação prévia de debenturistas titulares da maioria das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da operação societária em questão em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) aprovação, sem a prévia concordância de debenturistas titulares de 66,0% (sessenta e seis por cento) das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer reorganização societária (incluindo qualquer redução de capital, mas excluindo aumento de capital e cancelamento de ações em tesouraria) envolvendo a Emissora e/ou suas Afiliações cujo faturamento no exercício em questão ("Faturamento") seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), exceto se (a) realizada em conformidade com o subitem "e" da alínea (iii) acima; (b) realizada exclusivamente com sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora; (c) for decorrente de ingresso de novo sócio na sociedade CGR Curitiba Ltda., sociedade limitada com sede na Av. Nossa Senhora



Aparecida, nº 3.188, Bairro Santa Terezinha, município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 12.753.800/0001-62 ("CGR Curitiba") e/ou contribuição da participação acionária detida indiretamente pela AG Angra Infra-Estrutura Fundo de Investimento em Participações ("AG Angra") no capital social da Resicontrol Soluções Ambientais S.A. ao capital da Emissora; e (d) decorrente de associação estratégica entre a Emissora e/ou suas Afiliadas e a Solvi Participações S.A., seus sócios e/ou suas Afiliadas; sendo que para efeitos deste item (v) será considerado para fins de cálculo do Faturamento o percentual da participação da Emissora na Afiliada em questão;

- (vi) mudança do controle direto ou indireto da Emissora, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora e/ou suas Afiliadas, com valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora e/ou suas Afiliadas do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (a) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi cancelado; ou ainda, (c) que foram prestadas garantias em juízo;
- (viii) descumprimento de qualquer decisão judicial não sujeita a recurso ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou suas Afiliadas cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que referido descumprimento não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da ciência da referida decisão judicial;
- (ix) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou das suas Afiliadas, em valor individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do referido arresto, sequestro ou penhora for comprovado pela Emissora e/ou suas Afiliadas que o referido arresto, sequestro ou penhora foi contestado ou substituído por depósito em dinheiro ou outra garantia;
- (x) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou suas Afiliadas em qualquer dos documentos relacionados à Emissão e às Garantias são falsas ou incorretas em quaisquer aspectos relevantes, salvo se a referida falsidade ou incorreção seja devida e comprovadamente sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de notificação do Agente Fiduciário ou de qualquer debenturista nesse sentido;
- (xi) distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, pela Emissora aos seus acionistas, ou quaisquer outras distribuições decorrentes de participação societária detida pela Emissora, em qualquer caso cujo valor agregado em determinado exercício exceda o montante de R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais);



- (xii) se a Emissora e/ou suas Afiliadas alienar a terceiros, dar em garantia a terceiros ou constituir qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer bens e/ou direitos integrantes de seu ativo permanente cujo valor individual ou agregado exceda R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), até a integral liquidação das obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, salvo (a) mediante prévia e expressa anuência de debenturistas titulares de 66,0% (sessenta e seis por cento) das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; (b) operações de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados à aquisição de bens, tais como máquinas e equipamentos, que exijam a alienação fiduciária de tais bens para garantir referido empréstimo ou financiamento por bancos de fomento ou desenvolvimento, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. – BNDES e sua linha FINAME, bem como operações de leasing; (c) alienação de até 50,0% (cinquenta por cento) do capital social da CGR Curitiba; e/ou (d) no âmbito de associação estratégica entre a Emissora e/ou suas Afiliadas e a Solvi Participações S.A., seus sócios e/ou suas Afiliadas;
- (xiii) extinção, suspensão e/ou alteração de qualquer das licenças operacionais ou autorizações de funcionamento de qualquer estabelecimento da Emissora e/ou de suas Afiliadas, cujo faturamento, isoladamente ou em conjunto, seja superior ou equivalente a 10,0% (dez por cento) da receita bruta consolidada da Emissora e desde que tal extinção, suspensão e/ou alteração implique paralisação das atividades do respectivo estabelecimento por prazo superior a 10 (dez) dias úteis;
- (xiv) inadimplemento pela Emissora e/ou suas Afiliadas de quaisquer obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), contraídas, no mercado local ou internacional, em relação a qualquer instituição financeira ou quaisquer dos Debenturistas, que não seja sanado dentro do eventual prazo de cura aplicável, exceto pelos empréstimos contraídos junto ao International Finance Corporation ("IFC"), denominados "A Loan", no valor de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) e, "C Loan", no valor de US\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil dólares), nos termos dos instrumentos particulares denominados "Subscription and Loan Agreement" e "C Loan Agreement" celebrado entre a Emissora e o IFC em 19 de junho de 2009;
- (xv) inobservância das obrigações regulamentares impostas pela Instrução CVM 476, inclusive no que se refere à publicação de informações financeiras auditadas por uma das seguintes empresas de auditoria independente: (i) KPMG Auditores Independentes; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ou (iv) Ernst & Young Terco Auditores Independentes;
- (xvi) caso o aterro sanitário localizado no município de Fazenda Rio Grande, no Estado do Paraná, integralmente detido pela Emissora na data desta Escritura, passe a fazer parte dos ativos de uma sociedade detida na proporção de 50,0% (cinquenta por cento) para a Emissora e 50,0% (cinquenta por cento) para um ou mais sócios e tal nova sociedade, caso apure lucro, não destine aos acionistas, após deduzidas a reserva legal e demais reservas estatutárias, 100,0% de seu lucro remanescente sob a forma de dividendos;



- (xvii) início, a partir desta data, de procedimento arbitral ou judicial de que a Emissora e suas Afiliadas sejam parte e cujo valor envolvido exceda R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), não relacionados a procedimentos atualmente existentes;
- (xviii) não-utilização de todo e qualquer recurso que a Emissora receber, direta ou indiretamente, fruto da alienação de participações societárias, inclusive pelo FIP, para amortização antecipada das Debêntures e/ou da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 nos termos da Cláusula 4.8.1 acima;
- (xix) não utilização dos recursos referentes a eventual devolução do valor de aquisição das Ações Loga para amortizar o saldo do Valor Nominal das Debêntures e/ou da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 nos termos e condições da Cláusula 4.8 e subcláusulas;
- (xx) descumprimento da alínea (i) da Cláusula 6.1 abaixo; e
- (xxi) descumprimento dos índices financeiros indicados na alínea (ii) da Cláusula 6.1 abaixo, a serem verificados pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura e com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora publicadas nos termos da regulamentação e da legislação aplicável

5.3.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (i) (sendo que, neste caso, a obrigação pecuniária descumprida deverá necessariamente se referir ao pagamento de amortização e/ou dos Juros Remuneratórios, devendo qualquer outra hipótese de inadimplemento de obrigação pecuniária observar a Cláusula 5.3.1.2 abaixo), (iii), (iv), (x), (xi), (xii), (xiii), (xviii) e (xix) acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 66,0% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta



mencionada na Cláusula 5.3.2 acima, obrigando-se a Emissora e/ou o Fiador a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis devidos, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, do Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Ações Loga e do Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Cotas FIP. Caso tal pagamento seja feito pelo Fiador, este será realizado fora do âmbito da CETIP.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.10.3 acima.

5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DO FIADOR E DA GARANTIDORA ANUENTE

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Escriturador e assessores legais;
- (ii) durante a vigência das Debêntures, a Emissora deverá manter a razão entre limite anual de Endividamento Líquido sobre LAJIDA consolidado ("Índice Financeiro") de: (a) 5,0 (cinco) vezes da Data de Emissão até 31 de dezembro de 2011; (b) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012; (c) 3,3 (três inteiros e três décimos) vezes de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013; e (d) 3,0 (três) vezes de 01 de janeiro de 2014 até a Data de Vencimento;

Onde:

LAJIDA significa o cálculo considerando as seguintes contas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora: receita operacional líquida (-) custo de produtos vendidos (-) despesas gerais, administrativas e de vendas (+) depreciação, amortização e exaustão (+) provisão de fechamento de aterros (+) provisão de devedores duvidosos e outras provisões (-) receitas não recorrentes e (+) despesas não recorrentes.

Para o cálculo do Endividamento Líquido, devem ser computados os passivos referentes a avais ou fianças prestados a terceiros ou aos acionistas da Emissora. Para os casos de



sociedades em que a Emissora detém participação, será considerado para fins do cálculo do Endividamento Líquido o percentual da participação da Emissora, assim como o LAJIDA.

O cálculo do Endividamento Líquido deverá ser feito considerando-se a soma das seguintes contas do balanço patrimonial consolidado auditado da Emissora: (a) financiamentos (curto e longo prazo); (b) debêntures (curto e longo prazo); (c) contas a pagar relativas à aquisição de ativos com prazos de pagamento superiores a 60 (sessenta) dias; (d) dividendos declarados, mas não pagos; (e) outras contas do passivo sujeitas ao pagamento de juros, incluindo, mas não se limitando a parcelamentos tributários, como por exemplo Refis e PAES, se houver, não mencionados nos itens (a) a (d); (f) dívida com partes relacionadas; (g) exposição de derivativos; e (h) saldo de operações de *leasing* financeiro; subtraindo-se caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras (caixa dado em garantia a ações judiciais não serão considerados).

Os Índices Financeiros serão verificados anualmente, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, referentes ao exercício anterior, até o dia 30 de abril de cada ano.

- (iii) exceto nas hipóteses permitidas nesta Escritura, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, não ceder, alienar, vender, prometer à venda, onerar ou gravar os ativos dados como parte das Garantias sem aprovação prévia: (i) da maioria dos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral de debenturistas; e (ii) do titular da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, por escrito;
- (iv) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (v) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM, sendo certo que tais auditores independentes deverão ser uma entre as seguintes empresas: (i) KPMG Auditores Independentes; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ou (iv) Ernst & Young Terco Auditores Independentes;
 - (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos do encerramento de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos índices financeiros previstos na alínea (ii) acima, com sua respectiva memória de cálculo;
 - (c) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, o valor do saldo devedor atualizado da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11;



- (d) dentro de 15 (quinze) dias úteis após sua realização, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas;
- (e) em até 10 (dez) dias corridos após sua realização, cópia de documentos comprobatórios da quitação parcial da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11; e
- (f) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência.
- (vi) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da Oferta; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (vii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (vi); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- (viii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;



- (ix) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (x) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (xiv) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;
- (xv) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xvi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xvii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xviii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- (xix) apresentar evidência dos registros do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, do Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Cotas FIP Emissora, bem como do Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Ações Loga nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos prazos neles estabelecidos;
- (xx) exercer seu poder de controle sobre a Garantidora Anuente para distribuir, no mais breve e no maior valor possível, todos os recursos recebidos pela Garantidora Anuente a título



de proventos, dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer recursos atribuídos às Ações Loga de titularidade da Garantidora Anuente, observadas as disposições relativas às Garantias nos respectivos instrumentos de constituição das Garantias;

- (xxi) exercer seu poder de controle sobre a suas controladas, inclusive sobre a Garantidora Anuente, para distribuir, no mais breve e no maior valor possível, quaisquer recursos decorrentes de alienação de participação societária detidas pela Emissora e/ou suas controladas (inclusive a Garantidora Anuente), para amortização antecipada das Debêntures;
- (xxii) no caso de extinção do FIP ou troca de seu administrador ou gestor, transferir a alienação fiduciária sobre as Cotas FIP para as ações ou cotas, conforme o caso, das sociedades investidas do FIP, bem como utilizar os recursos eventualmente recebidos em decorrência de alienação de participação societária do FIP nas empresas investidas para amortização antecipada das Debêntures.

6.2. O Fiador, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente ao previsto na Cláusula 4.1.11.4 acima se obriga a:

- (i) caso a Emissora não o faça pontualmente, responsabilizar-se pelo imediato pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (ii) caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Escriturador, auditores e assessores legais.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;



- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) na data de assinatura da presente Escritura, não foi possível verificar a suficiência da Garantia Fidejussória, uma vez que não foi disponibilizado documento comprobatório da capacidade financeira do Fiador, bem como a Escritura será levada a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 129, item 3º, da Lei de Registros Públicos; e
- (xi) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.



7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, no Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Cotas FIP Emissora e no Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Ações Loga, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que



tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;

- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória do Fiador e verificar, quando da realização do Aditamento para convolar a espécie das debêntures, a regularidade da constituição das garantias reais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas despesas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.11.1 acima;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede da Instituição Intermediária.
- (xvi) publicar comunicado aos debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados do momento em que teve ciência a respeito do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando



o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

7.5. O Agente Fiduciário poderá usar de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 e demais condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a assembleia geral de debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$20.000,00 (vinte mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

7.7.1. Caso, na data de pagamento de cada parcela anual, as Debêntures sejam detidas por um único investidor, será concedido um desconto de 25,0% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da parcela anual mencionada na Cláusula 7.7 acima.

7.7.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho destinado: (i) à execução das garantias; (ii) ao comparecimento em Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais assembléias. O valor deverá pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora previamente aprovado por esta. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados à alteração: (a) das garantias, (b) dos prazos de pagamento e (c) das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os



eventos relacionados a amortização ou resgate das Debêntures não serão considerados reestruturação das Debêntures.

7.7.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e aos contratos de garantia da Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações. O valor deverá ser pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora previamente aprovado por esta.

7.7.4. Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado, a aquisição antecipada facultativa, ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado corrigido pela variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.6. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

7.7.7. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário por instituições financeiras.

7.7.8. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado corrigido pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.9. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.



7.7.10. A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.11. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.8. A remuneração ao Agente Fiduciário não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de sua função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação por escrito da Emissora. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações decorrentes das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos debenturistas serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora..

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, da respectiva prestação de contas.

7.8.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, deverão ser ressarcidas pela Emissora, sendo que tal ressarcimento pela Emissora somente será devido em razão de fato, ato ou omissão comprovadamente atribuída à Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.



8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 66,0% (sessenta e seis por cento) dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

8.9. Enquanto vigente o compartilhamento das garantias nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, qualquer alteração nas características das Debêntures que implique alteração do prazo ou aumento de seu Valor Nominal Unitário dependerá de anuência prévia e expressa do titular da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO FIADOR

9.1. A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída e a Garantidora Anuente é sociedade por ações devidamente constituída, ambas com existências válidas e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus objetos sociais;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas;
- (iii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



- (iv) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures, no seu melhor conhecimento, não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora além daqueles previstos nesta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) no seu melhor conhecimento, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP, o registro nos cartórios competentes do Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Ações Loga e/ou do Contrato de Alienação/Cessão Fiduciária de Cotas FIP e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga, do Contrato de Compartilhamento de Garantias, e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vi) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (vii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora nas respectivas datas;
- (viii) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (ix) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (x) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- (xii) não há fatos relativos à Emissora e/ou às Afiliadas, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.



9.2. O Fiador declara e garante que:

- (i) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem, no melhor conhecimento do Fiador, qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais o Fiador seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Fiador; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

ESTRE AMBIENTAL S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar

CEP 04543-900 – São Paulo, SP

At.: Sr. Leonardo Roberto Pereira dos Santos (com cópia para o Sr. Elio Cherubini Bergemann)

Telefone: (11) 3709-2323

Fax: (11) 3078-3555

e-mail: leonardo.santos@estre.com.br / elio@estre.com.br

- (ii) Para o Fiador:

At.: Sr. Wilson Quintella Filho

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar

CEP 04543-900 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 3709-2300

Fax: (11) 3078-3555

- (iii) Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Sala 205

CEP 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart T. Pinto

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

- (iv) Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:



BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar
CEP 06029-900 - Osasco, SP
At.: Departamento de Ações e Custódia
Telefone: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar
CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar
CEP 01452-001 - São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário e ao Agente Fiduciário pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora



prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.6. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11. Arbitragem

11.1. Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados com a interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos não solucionadas de como acordo entre a Emissora, o Fiador e/ou o Agente Fiduciário representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação pela outra parte sobre o conflito (exceto nas hipóteses previstas nesta Escritura em que há prazo de cura específico) serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal composto por três árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura.

11.2. A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as regras do Regulamento.

11.3. A recusa, por qualquer parte, em celebrar os termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

11.4. A sentença arbitral será proferida no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, natureza de decisão final e irrecorrível.



11.5. As partes poderão requerer ao Poder Judicial medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instauração do procedimento arbitral, as partes elegem o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução do mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou renúncia à sujeição das partes à arbitragem.

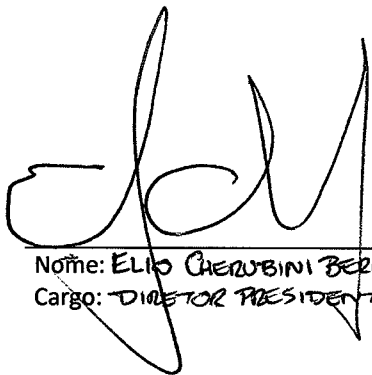
11.6. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 11 deverão ser arcadas pela parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 08 (oito) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 04 de julho de 2011.



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)



Nome: ELIO CHERUBINI BERGEMANN
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

ESTRE AMBIENTAL S.A.



Nome: LEONARDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS
Cargo: DIRETOR



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)



WILSON QUINTELLA FILHO
como Fiador





TATIANA STEFANI QUINTELLA
como Cônjuge Anuente



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

P.N.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome:
Cargo:


Nome:
Cargo:

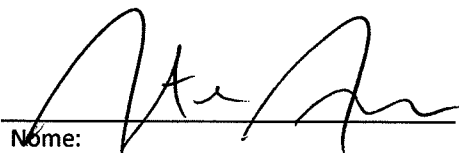







(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

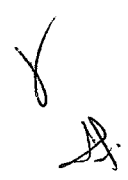

Nome: _____
Cargo: _____
Antonio Amaro R. de O. e Silva
Gerente


Nome: _____
Cargo: _____
Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador



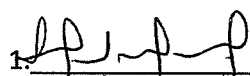






(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A.)

Testemunhas:

1. 
Nome: Delta Vieira dos Santos
RG: 111747.190-2

2. 
Nome: Fernando Nunes
CPF: 311.177.888-65
RG: 43.805.316-3

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO KATIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETARIA GERAL

ED000750-0/000



JUCESP



Anexo 1.3

Modelo de Aditamento de Escritura

INSTRUMENTO PARTICULAR DE [•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESTRE AMBIENTAL S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ESTRE AMBIENTAL S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.147.393/0001-59, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

WILSON QUINTELLA FILHO, brasileiro, casado, economista, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.561.978-11 e portador da carteira de identidade RG nº 6.894.149 SSP/SP ("Fiador");

TATIANA STEFANI QUINTELLA, brasileira, casada, administradora, com domiciliada na Rua Jesuíno Arruda, nº 797, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CPF/MF sob o nº 150.369.278-77 e portadora da carteira de identidade RG nº 22.372.891-3 SSP/SP ("Cônjuge Anuente");

P.N.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre I, 3º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.235.893/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora Anuente"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, o Fiador e a Cônjuge Anuente, "Partes");



vêm, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebrar o [•] aditamento ("Aditamento") ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convogada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estre Ambiental S.A. ("Emissão" e "Escritura," respectivamente), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 1.3 e 4.1.11 da Escritura, não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização.

2. ARQUIVAMENTO

2.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

3. RETIFICAÇÕES

3.1. O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de garantia subordinada para com garantia real, observado que as Debêntures contam ainda com garantia fidejussória do Fiador.

3.2. Ademais, ficam alteradas as Cláusulas 2.1.3, 3.2.1, 4.1.9, 4.1.10, bem como a(s) Cláusula(s) 4.1.11.3.1 e/ou 4.1.11.3.2 e/ou 4.1.11.3.3 e/ou 4.1.11.3.4, conforme o caso, e a Cláusula 7.1.1 (x) da Escritura, que passam a ter as respectivas novas redações:

"2.1.3. Constituição das Garantias Reais

2.1.3.1. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.1, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Loga, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.2, o Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.3 e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga, conforme definido na Cláusula 4.1.11.3.4 foram registrados no [•] Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo e no [•] Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, artigo 1.361 do Código Civil e e artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, sob os nº [•], [•], [•] e [•], respectivamente."

"3.2.1 A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora."

"4.1.9. Espécie



4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória do Fiador."

"4.1.10. Garantias

4.1.10.1. As Debêntures (i) contam com garantias reais, as quais são compartilhadas com o credor da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, de forma "pari passu" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão de acordo com a proporção de seu crédito; e (ii) com garantia fidejussória ("Garantias"). A cessão fiduciária de direitos creditórios e de conta bancária, sob condição suspensiva, foi aprovada e realizada com base na RCA e na AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima. A alienação fiduciária, sob condição suspensiva, de ações ordinárias representativas de 37,653% (trinta e sete inteiros e seiscentos e cinquenta e três milésimos por cento) do capital social da Logística Ambiental de São Paulo S.A., sociedade por ações com sede na Praça Alberto Lion, nº 366, parte, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.032.886/0001-02 ("Ações Loga" e "Loga", respectivamente), nos termos da Cláusula 4.1.11.3.2, foi aprovada e realizada com base na Assembleia Geral Extraordinária da Garantidora Anuente realizada em 04 de julho de 2011 ("AGE da Garantidora"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Garantidora Anuente. As alienações fiduciárias, sob condição suspensiva, (i) da totalidade das cotas atualmente emitidas por BTG Pactual Delta III Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.306.775/0001-31, administrado por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido por BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. ("Cotas FIP" e "FIP", respectivamente), nos termos da Cláusula 4.1.11.3.3, bem como (ii) de ações ordinárias representativas de 100,0% (cem por cento) do capital social da Garantidora Anuente ("Ações SPE Loga") nos termos da Cláusula 4.1.11.3.4 foram aprovadas e realizadas com base na RCA e na AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima."

"4.1.11.3.1. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária. Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Emissora alienou e cedeu fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) de todos os direitos por ela detidos, referentes à devolução do valor integral do preço das ações da Loga recebido pela Garantidora Anuente nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Cavo Serviços de Meio Ambiente S.A. ("Cavo") e a Garantidora Anuente, com interveniência da Emissora e da Camargo Corrêa S.A. em 03 de março de 2011 ("Contrato de Compra e Venda de Ações") e transferidos pela Garantidora Anuente à Emissora em decorrência do "Instrumento Particular de Ajuste de Obrigações", celebrado entre a Cavo, a Garantidora Anuente, a Emissora, a Camargo Corrêa S.A. e o Banco BTG Pactual S.A. em 13 de abril de 2011 ("Contrato de Ajuste de Obrigações"), em decorrência da não obtenção da autorização da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB ("AMLURB") para transferência de controle da Loga, de acordo com o Contrato de Concessão firmado pela Companhia e a Municipalidade de São Paulo, por meio da AMLURB, em decorrência do Processo Administrativo nº 2004-0.235.291-9, Termo de Contrato



nº 027/SSO/04, Edital nº 019/SSO/03, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza urbana, sob regime de concessão, em relação ao Agrupamento Noroeste ("Contrato de Concessão"), bem como (b) de todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos, a qualquer tempo, na conta bancária na qual deverão ser depositados tais recursos nos termos do Contrato de Ajuste de Obrigações. Tal garantia passou a ser válida e eficaz mediante a quitação da Cédula de Crédito Bancário nº 019/11 emitida em favor do Banco BTG Pactual S.A."

"4.1.11.3.2. "Alienação Fiduciária das Ações Loga e Cessão Fiduciária de Direitos. Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Logística Ambiental de São Paulo S.A. e Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Loga"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Garantidora Anuente alienou e cedeu fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) de 37,653% (trinta e sete inteiros e seiscentos e cinquenta e três milésimos por cento) do capital social da Loga, sendo que, na presente data, este percentual equivale a [22.836.451] ([vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma]) ações ordinárias de emissão da Loga que passaram a ser de titularidade da Garantidora Anuente após (a.1.) a transcrição no livro de ações da Loga da propriedade das Ações Loga em nome da Garantidora Anuente e do titular da Cédula de Crédito Bancário nº 20/11 mediante a apresentação do livro ou cópia autenticada da página do livro de ações da Loga em que estiver registrada a transferência das Ações Loga; (a.2.) a manifestação por escrito e inequívoca da AMLURB de acordo com o Contrato de Concessão com relação à compra das Ações Loga pela Garantidora Anuente; (a.3.) da transcrição no livro de ações da Loga da alienação fiduciária das Ações Loga em nome do Agente Fiduciário e do titular da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11 mediante a apresentação do livro ou cópia autenticada da página do livro de ações da Loga em que estiver registrada a alienação fiduciária das Ações Loga; e (a.4.) o consentimento expresso da Vega Engenharia Ambiental S.A. com relação à constituição da garantia ("Condição Suspensiva Loga"), bem como (b) de qualquer direito ao recebimento de quaisquer proventos e recursos oriundos da transferência, alienação ou cessão das Ações Loga."

"4.1.11.3.3. Alienação Fiduciária das Cotas FIP e Cessão Fiduciária de Direitos. Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas e Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas FIP"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Emissora alienou e cedeu fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) da totalidade das Cotas FIP atualmente emitidas pelo FIP, com valor total de R\$[•] ([•]), as quais são de titularidade da Emissora, bem como (b) de todo e qualquer direito ao recebimento de quaisquer proventos e recursos oriundos da transferência, alienação ou cessão das Cotas FIP alienadas. Tal garantia passou a ser válida e eficaz mediante a quitação integral das obrigações da Emissora constantes da Cédula de Crédito Bancário nº 021/11 e da quitação parcial, no valor de R\$[•] ([•]), da Cédula de Crédito Bancário nº 020/11, ambas emitidas em favor do Banco BTG Pactual S.A."

JK
✓
AA.



"4.1.11.3.4. **Alienação Fiduciária das Ações SPE Loga e Cessão Fiduciária de Direitos.** Por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPE Loga"), para garantir as obrigações decorrentes desta Escritura, a Emissora alienou e cedeu fiduciariamente, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta: (a) da totalidade das Ações SPE Loga, equivalentes, na presente data, a [51.751.732] ([cinquenta e um milhões, setecentos e cinquenta e uma mil, setecentas e trinta e duas]) ações ordinárias, que se tornaram de titularidade da Emissora após (a.1.) a transcrição no livro de ações da Garantidora Anuente da propriedade fiduciária das Ações SPE Loga em nome do Agente Fiduciário e do Banco BTG Pactual S.A. mediante a apresentação do livro ou cópia autenticada da página do livro de ações da Garantidora Anuente em que estiver registrada a transferência das Ações SPE Loga; (a.2.) a integral quitação das obrigações da Emissora constantes da Cédula de Crédito Bancário nº 019/11 emitida em favor do Banco BTG Pactual S.A. e (a.3.) o consentimento expresso da Vega Engenharia Ambiental S.A. com relação à constituição da garantia ("Condição Suspensiva SPE Loga"), bem como (b) de qualquer direito ao recebimento de quaisquer proventos e recursos oriundos da transferência, alienação ou cessão das Ações SPE Loga. Tal garantia passou a ser válida e eficaz mediante a quitação da Cédula de Crédito Bancário nº 019/11 emitida em favor do Banco BTG Pactual S.A."

"7.1.1. O Agente Fiduciário declara: (...)

(x) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória do Fiador e verificar a regularidade da constituição das garantias reais, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade, sendo certo que na presente data as garantias [•] encontram-se devidamente constituídas e quando consideradas em conjunto são suficientes para garantir [[a totalidade] ou [[•]%] do saldo devedor da emissão, levando-se em consideração o compartilhamento de garantias descrito na cláusula 4.1.11.4.1. desta Escritura;"

4. RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em [•] ([•]) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

